

CAVALCANTE, Raphael; ESTRELA, Clarissa (Coord.). **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil**. Brasília, DF: Edições Câmara, 2017.

Jair Francelino Ferreira

Licenciado em Letras e Mestre em Literatura Brasileira (UnB); Especialista em Parlamento e Direito, e em Instituições e Processos Políticos (Cefor – Câmara dos Deputados); Analista Legislativo da Câmara dos Deputados

Esta obra é fruto de uma parceria entre o Comitê Gestor do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados e a Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados (Cobib), que integra a estrutura do Centro de Documentação e Informação dessa Casa legislativa. Foi organizado por Jair Francelino e Simone Suganuma, ambos servidores da Seção de Disseminação da Informação da Biblioteca (Sedin/Cobib), sob a coordenação do chefe da Sedin, Raphael Cavalcante e da presidente do Comitê Pró-equidade, Clarissa Estrêla. Além da versão impressa, possui a versão eletrônica, disponível para *download* na livraria da Câmara dos Deputados (<https://livraria.camara.leg.br>).

Conforme se lê na introdução, a obra tem entre seus objetivos “facilitar o acesso da sociedade a textos de qualidade que discutem sob os ângulos mais variados a condição do negro no Brasil”, além de “organizar a informação para subsidiar a produção legislativa referente ao tema”. O repertório, cujo recorte temporal é o período de 1988 a 2016, reúne textos sobre a condição do negro no Brasil publicados em português entre os anos de 1988 e 2016, disponibilizados *online* ou, se impressos, disponíveis no acervo da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), à qual a Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados está integrada. As fontes de buscas foram definidas de acordo com o tipo de obra referenciada, as quais foram divididas em quatro partes: Artigos de periódicos – Sciello e RBVI; Livros – RBVI; Teses e dissertações – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e Legislação – *site* da Câmara dos Deputados.

A maioria dos textos selecionados expõe claramente a discriminação racial do negro na sociedade brasileira de ontem e de hoje, no país como um todo ou numa localidade específica. Outros, porém, apenas apontam indicadores – de saúde,

educação, etc. – que mostram a população negra em situação desvantajosa em relação à população branca, sem discutir diretamente a questão do preconceito racial. A análise da condição da mulher negra, numa interpolação da discriminação de raça com a de gênero, está presente numa boa parte dos textos. Os organizadores também preferiram manter, como contraponto e evidência de que a questão racial não está superada em nossa sociedade, textos que negam o racismo e a discriminação racial – reconhecendo apenas o preconceito de classe; ou textos que, embora reconhecendo o preconceito contra o negro, criticam o seu combate por meio de ações afirmativas com base na raça/cor da pele, por considerarem que essa atitude apenas reforça a “racialização” da nossa sociedade.

O prefácio da obra, assinado pelos coordenadores e organizadores, traz ainda um histórico da evolução da questão racial no Brasil, desde o início da colonização até os dias atuais, apontando os avanços no campo legal, político e social, mas sem deixar de denunciar, calcado em dados atuais contidos em *O Atlas da violência: 2017* do Ipea, que a discriminação racial, inclusive do Estado, longe de ser uma questão histórica superada, segue fazendo vítimas no Brasil atual. Por isso, enfatiza que o processo de “construção da consciência negra”, iniciado com a luta pela liberdade dos negros escravizados, ainda está inconcluso:

“Este processo de construção da consciência negra e consolidação da igualdade racial, entretanto, só estará concluído quando toda a sociedade brasileira enxergar os cidadãos de qualquer cor ou etnia como dignos dos mesmos direitos; quando ninguém for tratado com suspeição nos espaços públicos e nos estabelecimentos comerciais apenas pela quantidade de melanina em sua pele; quando a injustiça, a violência – inclusive do Estado – contra uma pessoa negra chocar tanto quanto aquela cometida contra uma pessoa branca; quando, enfim, o que determinar a condição social de negros e brancos for apenas o mérito individual de cada um.” (p.12).

Por tudo isso se apresenta como uma contribuição importante para o debate da questão racial no país, por facilitar aos estudiosos do tema e à sociedade em geral o acesso a textos significativos que informam, debatem, analisam, refletem, denunciam a condição do negro no Brasil desde a colonização até o momento atual.